

INJUSTIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE FAKE NEWS A PARTIR DE IMANUEL KANT

Tatiane de Fátima da Silva Pessoa¹

RESUMO

As fakes news, obtiveram grande destaque a partir de 2016 com fatos históricos fomentada pela velocidade das redes sociais de comunicação revelando problemas na educação com imprecisões de interpretações e compreensões das notícias. O deslumbramento criado pelo ambiente virtual das redes sociais deixam as pessoas entorpecidas, demonstrando a necessidade de uma educação dos sentidos. Para tanto creio que discutir os textos de Kant, fazendo com que sua linguagem possa conversar contemporaneamente com diversos autores filósofos ou não. Como problema de pesquisa questionou-se: Se há um dever de falar a verdade? Em meio a essa onda de fake news. Foi possível perceber que é muito ampla a discussão e foram encontrados mais problemas do que inicialmente imaginava desde a interpretação a falta de efetividade estatal. Foi constatado que não há políticas públicas para o combate à desinformação, há, entretanto, mais de 50 projetos de lei em tramitação, porém sem efetividade atualmente e visando majoritariamente a criminalização e não a prevenção a desinformação.

Palavras-chave: Fake News; Verdade; Sociedade.

Eixo Temático: Direitos, Políticas Públicas e Diversidade.

1. INTRODUÇÃO

As *fake news*, obtiveram grande destaque a partir de 2016, com a ocorrência de dois fatos com grandes repercussões no cenário político internacional, o Brexit (processo de saída do Reino Unido da União Europeia) e as eleições de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América (ALVES, MACIEL, 2020). Ao tratar do tema das *fake news*, há vários sujeitos atores envolvidos, quem propaga as informações sem ao menos verificar ou questionar suas fontes, quem produz conteúdo com a intencionalidade de noticiar informação sabendo tratar-se de uma mentira. Há ainda os sujeitos que não sabem o contexto inserido na informação, dando novas denotações ao conteúdo em que tomou conhecimento.

¹ Advogada. Doutoranda em filosofia-UFSM, tatianepessoa@gmail.com

A busca pela adequação à realidade exterior por intermédio das redes sociais faz com que cada vez mais haja produção de conteúdo, reprodução e consumo das *fake news*. O ambiente virtual deixa as pessoas entorpecidas, necessitando de uma educação dos sentidos. Assim levando em consideração que prejudicar a alguém tal notícia, se dá pela mentira e não por ter falado a verdade. Portanto, delineando o tema deste trabalho identifica-se três tipos de *fake news*, a finalidade de uma notícia falsa é uma maneira capciosa de ação. Entretanto, o fato de enganar a outrem gira em torno de três eixos- mentir-ocultar -girar, e as *fake news* vinculam-se a pelo menos uma destas três ações (ALVES, MACIEL, 2020).

Começando a verificar que o problema não está apenas na mentira, mas talvez no seu supedâneo principal. E, em sendo como problema de pesquisa, questiona-se: Se há um dever de falar a verdade? A partir deste questionamento objetiva-se compreender a questão do dever de falar a verdade e como Kant contribui para essa discussão. O questionamento se mostra bastante atual em razão do amplo acesso às redes de internet, possibilitando maior interação social em um ambiente virtual. Desta forma o objetivo específico está em verificar como é possível avaliar as *fake News* dentro de uma perspectiva de Kant.

As *fake News* em termos kantianos no âmbito jurídico como moralmente erradas, pois o ato de fala envolvido em notícias falsas funciona apenas, quando algumas intenções ficam ocultas. Além das intenções ocultas a normalização de padrões universais, culmina em uma perda da singularidade do sujeito, entrando em um processo hipnótico com mundo virtual, o qual circula entre as plataformas do *Instagram*, *facebook*, *twitter*, entre outros. Fazendo com que os sujeitos adotem comportamentos espelhados nas redes sociais, nos quais a demonstração de felicidade e liberdade tornam-se indispensáveis para estar neste mundo virtual.

Para compreender os principais matizes das *fake news* será necessário delimitar o assunto tratado neste artigo, assim será utilizado como autor principal Kant. No texto 'Que é esclarecimento? Kant inicia conceituando o esclarecimento, mencionando tratar-se da saída do homem de sua menoridade da qual ele próprio é culpado, pois a menoridade está ligada à sua própria caminhada, sem ser direcionado por outro indivíduo.

O artigo será dividido em duas seções, sendo que a primeira abordará a sociedade complexa e as *fake news* em números, desta forma será utilizado um texto informativo com a finalidade de verificar como podem ser tratados temas polêmicos, levando em conta seus contextos sociais e culturais bem como a emissão de diferentes opiniões sobre os temas demonstrando potencialidade nociva das *fake news* para as futuras gerações, em que estarão em um limbo entre informações falsas e verdadeiras. Na segunda seção será abordado o dever de falar a verdade sob o aspecto dos textos de Kant.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, abordou-se o método bibliográfico visto que sua utilização facilita a investigação por meio do estudo do conhecimento armazenado tradicionalmente em livros e documentos. A técnica de pesquisa usada foi a documentação indireta, pois valeu-se de bibliografias sobre o assunto e artigos científicos.

3. A SOCIEDADE COMPLEXA E AS FAKES NEWS EM NÚMEROS

O pano de fundo para a promoção das *fake news* encontra abrigo no problema da interpretação e compreensão das notícias. As notícias de uma maneira histórica proporcionam diversas formas de interpretação. Um exemplo citado é o texto - O desacordo moral – o qual discorre sobre as sociedades complexas abordando a pluralidade e inserida em diversos temas, tais como, políticos, econômicos, religiosos e inclusive temas éticos. O mais interessante é que neste texto, o autor apresenta vários exemplos polêmicos, como a tortura, aborto entre outros, e, em diferentes momentos históricos, demonstrando como podem ser modificados em razão do meio (COITINHO, 2019).

É necessário trazer à discussão o exemplo desse texto, por tratar-se de diferentes opiniões sobre temas polêmicos. Demonstrando um cenário em que haja a necessidade de interpretação e compreensão dos diferentes momentos históricos e dos diversos meios em que as discussões estão inseridas. Pois, na próxima seção serão tratados conceitos de mentira, verdade, dever e neste momento do texto

precisa estar explícito a diferença entre promover e expressar opiniões nas redes de comunicação e a conveniência e intencionalidade da promoção das *fake news*.

Vivemos em uma sociedade cada vez mais plural e complexa, na qual as variações dos códigos morais são diferentes de um lugar para outro. Por tratar-se de sociedade complexa, encontramos uma pluralidade de opiniões, de ideias, de pontos de vista diferentes. Desses diferentes pontos de vista, Coitinho utiliza as ações afirmativas como exemplo, as se entrelaçam em discussões sobre o racismo, sobre o dever moral de correção da desigualdade racial, tornando assim a discussão cada vez mais complexa por envolver diferentes códigos morais de cada localidade (COITINHO, 2019).

Mesmo que não esteja em acordo moral com a sociedade atual, fatos históricos devem ser noticiados de acordo com a estrita verdade. O desacordo moral representado pelo pensamento de John Mackie realiza a abordagem do mundo não como ele é, mas como reflete a adesão das pessoas aos diferentes tipos de vida. Mackie apresenta o argumento da relatividade, demonstrando por meio das verdades empíricas relativas ao desacordo moral que seria possível provar a inexistência de verdades objetivas. Desta forma, Coitinho se declara mais favorável a um desacordo moral a respeito de crenças não-morais do que sobre um real desacordo entre valores éticos (COITINHO, 2019).

Nessa discussão do desacordo moral, sobre o tema do aborto, são levantados aspectos favoráveis e também aspectos contrários, de maneira informativa, observando as questões suscitadas por Coitinho (2019), parece ficar mais claro de que o desacordo é antes científico do que valorativo. Podendo reconhecer por exemplo, que a poligamia se trata de um desacordo predominantemente religioso, assim compreendendo a complexidade das questões éticas contidas neste tema.

É possível observar um problema sob duas perspectivas, propondo a um sujeito realizar um juízo de valor sobre a pena de morte, e o questionando da seguinte forma: A pena de morte seria correta, logo após ter sofrido um assalto ou algum tipo de violência? E, em um segundo momento, seria realizado o mesmo questionamento sem que o sujeito tivesse sofrido algum tipo de violência (COITINHO, 2019).

Destaca-se uma fraqueza do argumento sobre a relatividade, que parece estar amparado no tudo ou nada. Demonstrando que a reflexão ética se torna mais complexa quando envolve crenças religiosas, científicas, biológicas, valores morais e etc. E, assim como as influências dos desacordos morais em diferentes sociedades, causam influência assim como o meio. Retorna-se à interpretação e à compreensão das notícias. Segundo Ricoeur (1989) toda leitura e toda a compreensão conceitual partem sempre da interpretação, da retomada dos signos e dos símbolos em vista do que foi escrito dentro de uma determinada comunidade ou de uma tradição. Tem-se, portanto, que a interpretação sempre foi um dos dilemas suscitados dentro de uma comunidade cultural, que se revela através de um pensamento.

O objetivo na interpretação sob a perspectiva de Ricoeur, tem por finalidade “vencer a distância, um afastamento cultural, de tornar o leitor igual a um texto tornado estranho, e assim, de incorporar o seu sentido à compreensão presente que um ser humano pode ter de si mesmo” (Ricoeur, 1989, p. 6). Além disso, acrescenta que “a hermenêutica não pode permanecer uma técnica de especialistas”... (Ricoeur, 1989, p.6), com as colocações de Ricoeur pretende-se demonstrar que o problema das *fake news* tem origem mais aprofundada na educação e em valores morais.

Com as redes sociais, sendo parte do cotidiano como fonte de informação e o aumento de seu uso, bem como a circulação de smartphones surge um novo capítulo na história de modo geral. Em meio a quantidade enorme de informações veiculadas no ambiente virtual, inferindo como o meio influencia os diferentes pontos de vista é necessário conceituar as *fakes news*.

O amplo acesso às redes sociais vem proporcionando maior interação no ambiente virtual, vindo a popularizar a expressão - fake news- sinônimo de notícias fraudulentas, temerárias, dolosas, que circulam nas redes de internet por intermédio das mídias sociais. O conceito das fake news concentra-se especialmente nas plataformas de comunicação e de interação online, tais como, as redes sociais, sites, blogs, *youtube*, *streaming* entre outras, igualmente de fácil acesso e, portanto, possibilitando um maior alastramento de notícias falsas (TJPR, 2021).

Para analisar as *fakes news* em números, serão destacados alguns estudos realizados direcionados a esse tema. No ano de 2018, o Instituto Mundial de Pesquisa (IPSO) divulgou um estudo intitulado: “Fake news, filter bubbles, post-truth and trust (Notícias falsas, filtro de bolhas, pós-verdade e verdade)”, as pesquisas foram realizadas em 27 países. Revelando dados importantes e que tornam necessária a discussão sobre haver um dever de falar a verdade. O levantamento dos dados, dimensionou 62% dos entrevistados brasileiros admitindo ter acreditado em notícias falsas, o estudo destaca que esse percentual está bem acima da média mundial que é de 48% (IPSO, 2021).

Outro estudo mais recente do ano de 2021 emitido pelo Relatório de Notícias Digitais do Instituto Reuters (Reuters Institute Digital News Report), demonstrou novos dados acerca do consumo de notícias digitais. Baseados em uma pesquisa realizada na YouGov com mais de 92.000 consumidores de notícias online em 46 países. O relatório inclui dados como o acesso e a forma de acesso às notícias, a exemplo da Índia, em média 73% por smartphones são utilizados para o acesso às notícias. Sendo considerado o acesso às redes sociais bastante alto, a utilização do WhatsApp e a plataforma do YouTube com 53% (REUTERS, 2021).

No Brasil, em 2014, a disseminação de uma fake news provocou uma verdadeira tragédia. Na ocasião, uma mulher foi linchada até a morte por moradores da cidade do Guarujá, em São Paulo. FMJ, com 33 anos, dona de casa, casada, mãe de duas crianças, e foi confundida com uma suposta sequestradora de crianças, cujo retrato falado, que havia sido feito dois anos antes, estava circulando nas redes sociais. Sendo amplamente divulgado nas redes de comunicação (TJPR, 2021).

Alarmados pela propagação da desinformação, e sendo um dos maiores problemas da sociedade mundial, em abril de 2019, representantes do CNJ, das associações da magistratura e dos tribunais superiores e da imprensa lançaram o Painel de Checagem de *fake news*. Como forma de conscientização e alerta para a população, sobre os perigos do compartilhamento de informações falsas. O funcionamento do projeto é alimentado por parceiros do Painel, que contribuem dentro de suas áreas de atuação, com ferramentas capazes de verificar dados e realizar ações de alerta à sociedade sobre os perigos das fake news (CNJ, 2021).

Uma das iniciativas do Painel foi lançar a campanha #FakeNewsNão, divulgando por meio de posts, vídeos, textos, informando quais danos podem ser provocados por informações falsas. Ainda há outras ações, como na plataforma de uso do WhatsApp, há medidas para auxiliar no combate às fake news no Brasil, como a redução do limite de mensagens encaminhadas, para apenas cinco contatos ou grupos (CNJ, 2021). Na próxima seção serão mencionados os projetos de lei em tramitação na Câmara dos deputados, optou-se por esse deslocamento pois é necessário trazer o entrelaçamento dos conceitos de Kant aos acontecimentos atuais.

3.1 A INJUSTIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE FAKE NEWS SOB A PERSPECTIVA DE KANT

Nesta seção será abordado o escrito 'Sobre um suposto Direito de Mentir por amor à Humanidade' de Immanuel Kant, no qual subsidiará respostas ao questionamento sobre se há um dever de falar a verdade. Com o aumento massivo das *fake news* nas redes de comunicação, é necessário retomarmos alguns conceitos, tais como, mentira, dever, princípio moral. Kant conceitua a mentira "[...] como uma declaração intencionalmente não verdadeira feita a outro homem, e não é preciso acrescentar que ela deve prejudicar outrem, como exigem os juristas para a sua definição (KANT, 1997, p. 5).

Retomando a questão da intencionalidade do sujeito, percebe-se subjetivamente os valores morais da prática dessa ação. A propagação das *fake news* em seu ponto de partida demonstra por si só a intencionalidade do sujeito. Dessa forma a mentira acaba soando como verdade e a verdade como mentira, corroborando com o texto mencionado anteriormente de Kant, a saber, que é mais fácil ser conduzido por uma espécie de tutor, do que ter a coragem de direcionar-se por si mesmo (KANT, 1997).

Ressalta-se que a indústria da cultura permeia essa condução do sujeito ainda que ele não perceba essa condução, assim é mais fácil não sair da menoridade, mencionada por Kant. Para sair da menoridade são necessários dois aspectos de acordo com Kant (1997), sendo eles a coragem e a decisão, pois o

sujeito precisa de coragem para conduzir-se a si mesmo e a decisão de não dar a outrem essa liberdade.

Destarte as *fake news* vêm de encontro a ideia Kantiana, pois o mundo virtual de maneira muitas vezes imperceptível ao sujeito, o conduz à necessidades de que não precisa, mas a influência das redes sociais o faz pensar que realmente necessita, sem que ele sequer questione essa real necessidade. A criação de necessidades (pelo menos acredita-se, que seja) pelas redes sociais tem sido cada vez mais transformadora do comportamento do sujeito, sendo conduzido para determinadas ideias ou ações sem se importar com a verdade.

Cabe ressaltar que a influência do jornalismo na forma como o sujeito interage e consome nas redes sociais, traz objetivos implícitos, operada por meio das redes de internet como meio de comunicação. E tornando-se como um controle social das massas, as quais destituídas de elementos básicos como a crítica, autocritica, autonomia e a emancipação.

São defendidos por um movimento Iluminista aliado ao avanço da modernidade, pode ser percebido aqui, uma clara tendência na legitimação da ordem social sob o escopo do modelo capitalista. Ocorre uma espécie forçada de integração entre grupos desiguais entre si, promovidos pela indústria da produção cultural, visto que, todas as informações já são previamente elaboradas de tal maneira que o público não está mais acostumado a refletir por sua conta (GONÇALVES, LOUREIRO, 2021). Mesmo as críticas, às escolhas e a estética e em que a usurpação seria o primeiro serviço prestado ao cliente, de acordo com Gonçalves, Loureiro (2011, p.10):

[...] tudo é meticulosamente planejado pelos diferentes setores do entretenimento, pois a indústria cultural usurpa do sujeito justamente aquela capacidade (esquematismo) que, em tese, segundo Kant, de antemão permite-se sair da multiplicidade sensível e chegar aos conceitos fundamentais.

Como forma de manter fielmente as relações entre mundo e sujeito a dependência da indústria cultural, a forma como são veiculadas as mídias sociais, dificultam que os consumidores/sujeitos, destinem críticas, comparando assim ao vício do consumo de alucinógenos. Quando ocorre a padronização universal a qual promete liberdade, felicidade, igualdade, às quais são as chaves para sua própria

alienação frente ao mundo. Quando analisados esses fatos observados empiricamente, chega-se a duas proposições antagônicas: Ou o jornalismo moderno sempre trabalhou visando enganar as massas ou estaríamos aqui equivocados e a teoria adotada pelo jornalismo é totalmente independente (GONÇALVES, LOUREIRO, 2021).

Ao propor esse contrassenso e considerando que estas contradições estão atreladas ao capitalismo, “pode-se afirmar que a indústria cultural traz dois objetivos bem definidos, ao transformar a cultura e a notícia em mercadoria” (GONÇALVES, LOUREIRO, 2021, p.11). Revelando assim, a condição de fraqueza moral do homem moderno, surgindo as *fakes news* sem saber se se trata, de uma mutação jornalística ou de uma anomalia, podendo até ser considerado como um subproduto da indústria cultural (GONÇALVES, LOUREIRO, 2021).

Assim como os alucinógenos que prometem alívio momentâneo, mas só reforçam a necessidade do seu consumo, o crescimento exponencial desses conteúdos rasos promete liberdade, mas acaba por se tornar a prisão do indivíduo, que passa a ter seus sentidos supersaturados pelo consumo ininterrupto desses produtos noticiosos da indústria cultural (GONÇALVES, LOUREIRO, 2021, p.12).

Buscando a mesma rota de fuga assim como um vício, são necessárias cada vez doses maiores para a satisfação de suas sensações, sob o óbice da fisiologia e não como metáfora. Com estímulos cada vez mais rasos surge uma perigosa relação na qual o sujeito torna-se incapaz de construir críticas amplas sobre as relações sociais a partir das redes de comunicação, passando a sua semiformação. Quanto mais estímulos de sensações recebem, mais viciados em sentidos se tornam, sendo necessários um número maior de mensagens, curtidas, buscando o protagonismo em meio a sociedade da informação (GONÇALVES, LOUREIRO, 2021).

Neste cenário de uma sociedade do espetáculo, é possível perceber a facilidade com que as *fakes news* ingressam nessa sociedade, assimilando que a compreensão passa pela percepção em como “as pessoas pouco se importam em saber se algo é um fato, o que importa é se parece conveniente acreditar nele” (KAKUTANI, 2018, p. 100-101). Segundo Kant, quando o sujeito é obrigado a falar a verdade, o sujeito não possui a liberdade de escolha, trata-se de um dever

incondicionado (KANT, 1997). E, em sendo assim, quando se exige de outrem mentir para seu favorecimento, estará sendo contrário a toda a legalidade. Portanto, o sujeito tem o dever estrito de falar a verdade em situações que não pode esquivar-se, mesmo que venha a causar danos ou prejuízos a ele ou a outrem (KANT, 1997). Kant cria um elo entre o dever e o direito, de acordo com ele “Onde nenhum direito existe também não há deveres” (KANT, 1997, p.3). Por conseguinte, dizer a verdade é um dever, mas apenas em relação àquele que tem direito à verdade” (KANT, 1997, p. 3). Kant revela que mesmo “ Quem, pois, mente, por mais bondosa que possa ser a sua disposição, deve responder pelas consequências, mesmo perante um tribunal civil, e por ela se penitenciar, por mais imprevistas que essas consequências possam também ser” (KANT, 1997, p. 5). Verificando que sob a perspectiva de Kant há um dever de falar a verdade, devendo responder pelas consequências do ato de não falar a verdade. Sobre o princípio moral para Kant

[...] “é um dever dizer a verdade”, se se tomasse incondicionalmente e de um modo isolado, tornaria impossível qualquer sociedade. Temos disso a prova nas consequências muito directas que deste princípio tirou um filósofo alemão, o qual chega ao ponto de afirmar que seria um crime a mentira dita a um assassino que nos perguntasse se um amigo nosso, e por ele perseguido, não se teria refugiado na nossa casa (KANT, 1997, p. 3).

O conceito de dever está associado ao conceito do direito (KANT, 1997), mesmo que não haja legislações específicas para o tema no Brasil, utiliza-se de todo o arcabouço vigente. Entretanto, novamente ratificamos o dever de tratar com urgência o problema, bem como de uma forma a preservar a sociedade na era do espetáculo. Buscando na educação desde o ensino básico ao ensino de humanidades nos cursos de ensino superior, a necessária reflexão crítica sobre o tema. Em que pese, a sociedade do espetáculo não permite que o sujeito reflita por si mesmo, induzindo-o e canalizando suas opiniões às expensas do entretenimento.

A forma mais voraz de explicar a forma como a sociedade do espetáculo atua é reafirmado pelo sensacionalismo, que causa revolta eleva-se ao topo, “[...] com posts que apelam cinicamente para a parte mais rudimentar de nossos cérebros – para emoções primitivas como medo, ódio e raiva” (KAKUTANI, 2018, p. 151).

Por intermédio das redes de internet encontramos uma espécie de contradição implícita, na qual permite que os utilizadores das redes sociais possam

optar por quais informações poderão serem definidas como fatos relevantes, ou até mesmo factoides e de outra banda, o senso comum empenhando-se para sustentar os seus preconceitos, sem sequer averiguar evidências empíricas que as conduzam a conclusões racionais. Na Sociedade do espetáculo, os cliques são os atores principais e supremos e, deixando o entretenimento e as notícias formarem uma combinação única (GONÇALVES, LOUREIRO, 2021).

4. CONCLUSÃO

No tocante às políticas públicas de combate a desinformação foram encontradas iniciativas, como a do Conselho Nacional de Justiça na verificação das informações falsas, com isso alertando a sociedade sobre as consequências e os perigos da propagação deste tipo de informação. Foi destacado o exemplo da Malásia em que apenas a criminalização da disseminação das fake news pode contorcer-se a um viés político, arbitrário e em alguns casos como ferramenta de censura.

Destacando a insuficiência de proteção estatal contra a desinformação, demonstra por meio do exemplo alemão quão importante é a ação rápida de retirada de conteúdo das redes de comunicação, permanecendo a reflexão sobre a necessidade urgente em pensar soluções, pois, a depender da notória morosidade do Poder Judiciário no Brasil dispensa a justificativa de urgência em soluções efetivas e de prevenção.

Em meio a leitura apurada de Kant quanto ao dever de falar a verdade, a verdade pertence a quem está atrelado a ela, creio que devam ser aplicadas as redes sociais mais perspectivas kantianas com relação ao dever de falar a verdade do que critérios utilitaristas. Por todo o exposto do texto, verificou-se a necessidade de discutir problemas básicos como a interpretação dos signos linguísticos, contextos históricos para entender a própria leitura.

O ambiente virtual andando em extrema velocidade e veiculando um número tão grande de informações reforça o pensamento de Morin de que mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia. Para Morin (2000), a compreensão intelectual sofre muitas adversidades, desde o sentido das palavras ou até mesmo na forma de

transmissão das informações, momentos esses que proporcionam a interpretação a partir da visão do leitor. A ignorância sobre os costumes do outro, poderá transformar determinada cortesia em ofensa, por completo ato inconsciente de ignorância aos costumes. Esse conflito ou ruído como chama Edgar Morin (2000) ocasiona a incompreensão do sentido das palavras.

Assim, é retomado os problemas de interpretação e compreensão das notícias contribuindo para a promoção das fake news por sujeitos que não conseguem interpretar ou mesmo não verificam as fontes e disseminam em suas redes mentiras como verdades. Inferindo uma confusão entre a identificação de verdades ou mentiras nas redes sociais, claro que as notícias de uma maneira histórica proporcionam diversas formas de interpretação.

A sociedade complexa e veloz nos desafia a pensar soluções a longo prazo para as demandas sociais, entretanto há uma injustificação das práticas de fake News a partir de Kant, pois o dever com a verdade é uma responsabilidade para com quem a verdade se relaciona e na era da sociedade da informação com a sociedade em ricochete. A disseminação de notícias falsas podem direcionar e induzir pessoas à prática de ilícitos, a omissão de condutas e a ação de propagar inverdades em uma velocidade ímpar.

A velocidade das informações muitas vezes dificulta a aferição das fontes, o que demanda que o sujeito interprete e compreenda a leitura, porém há que se regular as redes de comunicação de forma equilibrada, não se está aqui defendendo nenhum tipo de afronta à liberdade de expressão, mas sim a prevenção e o combate às fake news bem como a rápida ação do Poder Público no tratamento dessas demandas específicas, que exigem uma rápida resposta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella R. Halfeld. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. Revista Internet & Sociedade. N. 1 / v. 1 / janeiro de 2020. Pág. 144 a 17. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto.pdf>. Acesso em: 25 de out. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa sobre o uso de internet, televisão e celular no brasil, 2019. Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em 11 de jun. 2021.

COITINHO, Denis. O desacordo moral em questão. O Estadão, São Paulo, 09, nov.2020. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/desacordos-morais-coitinho/>. Acesso em 12 de out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, Painel de Checagem de Fake News. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/painel-de-checagem-de-fake-news/>. Acesso em: Acesso em 12 de out. 2021.

FAKE NEWS, FILTER BUBBLES, POST-TRUTH AND TRUST. 2021. Disponível em : <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-09/fake-news-filter-bubbles-post-truth-and-trust.pdf>. Acesso em 06 de out. 2021.

INSTITUTO REUTERS PARA O ESTUDO DO JORNALISMO. Digital News Report 2021. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2021>. Acesso em 26 de out. 2021.R

KAKUTANI, Michiko. A morte da verdade: notas sobre a mentira na Era Trump. Tradução de André Cazrnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento. São Paulo: Via Verita, 1997.

LOUREIRO, ROBSON e GONÇALVES, EMERSON CAMPOS. (Semi)formação no contexto das fake news e da pós-verdade na sociedade excitada - de Adorno a Törck. Educação em Revista [online]. 2021, v. 37 [Acessado 26 Outubro 2021] , e225778. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698225778>>. Epub 15 Jan 2021. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698225778>.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RICOEUR, Paul. Explicação e compreensão. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés - Editora, 1989.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset_publisher/sTrhoYRKnlQe/content/o-perigo-das-fake-news/14797?inheritRedirect=false. Acesso em 15 de out. 2021.

VIDAL, Maria José da Conceição Souza. Sobre o problema da mentira na filosofia prática de Kant. 2014. 165f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.